



ÀS “PORTAS” DA CIDADE: REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS SOBRE AS ANTIGAS “CORRENTES” (POSTOS FISCAIS) DE NATAL

EIXO TEMÁTICO: REGIMES DE VERDADE E HISTORICIDADE

NASCIMENTO, Natália Medeiros do

Arquiteta e Urbanista; UFRN

e-mail: natalia.medeiros.104@ufrn.edu.br

DANTAS, George Alexandre Ferreira

Mestre e Doutor em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo pelo atual IAUUSP; Professor Associado do Depto de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN

e-mail: george.dantas.af@ufrn.br

RESUMO

As lembranças da população de Natal revelam aspectos importantes sobre as correntes que marcavam a finalização de sua área urbana e promoviam o controle fiscal, bem como o acesso à área rural e a outros municípios. Além disso, indicam o possível impacto que as correntes exerceram na vida cotidiana das pessoas e das instituições em meados do século XX. Esse estudo tem como objetivo compreender a influência dos postos fiscais de Natal na elaboração de uma memória coletiva, a partir de seus aspectos materiais e subjetivos, contribuindo com discussões sobre a subjetividade no estudo da história da cidade. Para isso, a pesquisa utiliza fontes orais, fontes primárias e fontes textuais como principais instrumentos de coleta de dados, numa abordagem qualitativa. As narrativas e relatos, por meio de entrevistas, e os documentos históricos, são sistematizados e analisados para identificar as representações e significados atribuídos aos postos fiscais ao longo do tempo. Os resultados indicam que as funções históricas e sociais das “portas” da cidade de Natal podem ser parcialmente resgatadas por meio da memória coletiva. A memória coletiva e as lembranças individuais contribuem para uma compreensão mais ampla do significado e das transformações dos limites e domínios urbanos, permitindo uma reflexão mais abrangente sobre a subjetividade presente no estudo da história da cidade, além de suscitar discussões relevantes sobre a relação entre história, subjetividade, memória e espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: lembranças; imaginário; história da cidade; política fiscal; portas da cidade.

ABSTRACT

The memories of the population of Natal reveal important aspects about the chains that marked the completion of its urban area and promoted fiscal control, as well as access to rural areas and other municipalities. Additionally, they indicate the possible impact these had on the daily lives of people and institutions in the mid-20th century. This study aims to understand the influence of Natal's fiscal posts in the development of a collective memory, from both material and subjective aspects, contributing to discussions on subjectivity in the study of the city's history. To achieve this, the research uses oral sources, primary sources, and textual sources as the main data collection tools, employing a qualitative approach. The narratives and accounts, obtained through interviews, and historical documents are systematized and analyzed to identify the representations and meanings attributed to the fiscal posts over time. The results indicate that the historical and social functions of Natal's "gates" can be partially recovered through the collective memory of those who experienced them. Collective memory and individual recollections contribute to a broader understanding of the meaning and transformations of urban boundaries and domains, allowing for a more comprehensive reflection on the subjectivity present in the study of the city's history. Furthermore, it raises relevant discussions about the relationship between history, subjectivity, memory, and urban space.

KEY-WOROS: *recollection; imaginary; urban history; tax history; city gates.*

RESUMEN

Los recuerdos de la población de Natal revelan aspectos importantes sobre las cadenas que marcaban la delimitación de su área urbana y promovían el control fiscal, así como el acceso a la zona rural y a otros municipios. Además, indican el posible impacto que las cadenas ejercieron en la vida cotidiana de las personas y de las instituciones a mediados del siglo XX. Este estudio tiene como objetivo comprender la influencia de los puestos fiscales de Natal en la elaboración de una memoria colectiva, a partir de sus aspectos materiales y subjetivos, contribuyendo con discusiones sobre la subjetividad en el estudio de la historia de la ciudad. Para ello, la investigación utiliza fuentes orales, fuentes primarias y fuentes textuales como principales instrumentos de recolección de datos, en un enfoque cualitativo. Las narrativas y relatos, mediante entrevistas, y los documentos históricos, son sistematizados y analizados para identificar las representaciones y significados atribuidos a los puestos fiscales a lo largo del tiempo. Los resultados indican que las funciones históricas y sociales de

las "puertas" de la ciudad de Natal pueden ser parcialmente rescatadas a través de la memoria colectiva. La memoria colectiva y los recuerdos individuales contribuyen a una comprensión más amplia del significado y las transformaciones de los límites y dominios urbanos, permitiendo una reflexión más amplia sobre la subjetividad presente en el estudio de la historia de la ciudad, además de suscitar discusiones relevantes sobre la relación entre historia, subjetividad, memoria y espacio urbano.

PALABRAS CLAVE: *recuerdos; imaginario; historia de la ciudad; historia del fisco; puertas de la ciudad.*

INTRODUÇÃO

Durante décadas, as “correntes” estiveram presentes no cotidiano e no imaginário de parte significativa da população de Natal. Cidade que, a exemplo de muitas outras capitais e cidades-pólo de atividades comerciais e ou industriais mais pujantes, cresceu com os grandes movimentos migratórios da segunda metade do século XX (no caso do Nordeste, marcados principalmente pelos momentos de grandes secas e desestruturação econômica do campo nos sertões). Essas “correntes” eram os Postos Fiscais, assim chamados devido à forma como eram construídos, com correntes de ferro nas estradas, funcionando como barreiras físicas para parar veículos, geralmente compostas por uma cabine ou uma pequena casa, controlando a entrada e saída da cidade e permitindo a fiscalização. Funcionavam, simbólica e materialmente, como portas de entrada na cidade.

Assim, as correntes, como o demonstram documentos, lembranças e relatos de moradores mais antigos e seus descendentes, fizeram parte da história e da dinâmica urbana de Natal, demarcando e promovendo o controle fiscal e o acesso à área rural e a outros municípios. Embora ainda não seja possível compreender totalmente as funções que desempenharam e os impactos que causaram na cidade, percebe-se que se mantêm vivas nas lembranças de pessoas daquela época, em anedotas, causos, impressões de viagens, histórias pessoais, um mosaico de memórias compartilhadas que podem ajudar na construção do papel dessas correntes na história da cidade. Elas revelam aspectos importantes sobre as correntes e seu possível impacto no cotidiano das pessoas e instituições, influenciando transeuntes, a economia local e sendo usadas para controle nas estradas. Assim, supõe-se que não somente as materialidades desses elementos, mas também as funções simbólicas das “portas” da cidade de Natal podem ser melhor assimiladas mediante a memória dos que as vivenciaram.

Este artigo tem como universo de estudo a cidade de Natal, e seu recorte temporal comprehende principalmente dos anos de 1940 a 1969, uma vez que se registra a inauguração das primeiras correntes no ano de 1943, e as ocorrências registradas a partir do ano de 1970 não têm se mostrado tão relevantes para a pesquisa até o momento. O objeto de estudo são

as “portas da cidade” de Natal e a construção da memória coletiva. O trabalho se baseia em métodos qualitativos como caminho de análise, e segue por quatro principais procedimentos metodológicos de discussão e uso das fontes (orais, dos periódicos e as fontes textuais, de documentos e relatórios, por exemplo), e a sistematização e análise dos dados coletados.

As fontes primárias foram coletadas a partir da Hemeroteca Digital, pela qual fizemos buscas nos periódicos Diário de Natal, A Ordem e O Poti, utilizando um modelo de banco de dados em planilha para organizar o registro de palavras chaves e nivelar a relevância das matérias. As palavras-chave com ocorrências de maior relevância foram: “postos fiscais”, “posto fiscal”, “entrada da cidade”, “portas de entrada” e “corrente do posto”. Para a coleta das fontes orais, realizaram-se entrevistas¹ levando em consideração princípios da obra “História oral: como fazer, como pensar” (Meihy, 2015). Algumas com roteiro aberto a partir do tema inicial, outras mais objetivas com um roteiro semi estruturado contemplando materialidades e subjetividades. Dependendo do perfil do entrevistado, a entrevista se adaptava, para que cada um falasse mais livremente, sem perguntas limitantes para a fluidez do discurso.

Este artigo é uma versão das pesquisas de Iniciação Científica e do Trabalho Final de Graduação² e parte do projeto de pesquisa “Ruínas e escombros da modernidade: arquitetura, reformas e cultura urbana” (vinculado ao grupo de pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCUrb, Depto de Arquitetura, UFRN). Seu objetivo é compreender a influência dos postos fiscais de Natal na elaboração de uma memória coletiva, contribuindo com discussões sobre a subjetividade no estudo da história da cidade. Ele partiu de uma questão de pesquisa sobre como as singularidades das lembranças poderiam ajudar a reconstruir as finalidades e as significâncias dos postos fiscais, as correntes, tanto para os moradores quanto para a cidade de Natal. A princípio, o tema foi proposto como tarefa preparatória para as atividades de iniciação científica. Uma busca inicial sobre esse tema evidenciou escassez de informações a respeito dos postos fiscais de Natal; ao mesmo tempo,

¹ Todos os entrevistados assinaram o Termo de Autorização para gravação de voz e/ou registro de imagens (fotos e/ou vídeos). O material coletado nas entrevistas faz parte da base de dados da pesquisa.

² Intitulado “É antes ou depois da corrente? Os Postos Fiscais de Natal e suas representações a partir da memória”, defendida em agosto de 2024.

as primeiras entrevistas realizadas mostraram que a história oral por meio da memória coletiva poderia auxiliar na compreensão do tema. Durante pesquisas nas fontes primárias, notou-se que apenas por meio das fontes escritas (técnicas, oficiais ou de periódicos) não seria possível completar o quebra-cabeça dos postos fiscais. Por isso, a memória daqueles que vivenciaram a época se mostra um grande fator de auxílio na junção das peças desse quebra-cabeça. Entretanto, uma vez que as correntes datam desde a década de 1940, muitas das lembranças têm se esvaecido com o tempo, seja pelo pouco contato com o assunto, seja pela idade avançada. Essa percepção dá mais razão e urgência ao estudo desses equipamentos e das questões que os envolvem. Em semelhança ao relato de Marco Polo em *As Cidades Invisíveis*,

a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (Calvino, 1990, p. 14).

Nessa perspectiva, entende-se que Natal contém o seu passado escrito, também, nos postos fiscais. O estudo de sua história é importante para montar essa narrativa, o quebra-cabeça, que representa a reconstrução de um passado pertencente ao coletivo.

Três aspectos direcionam e ajudam a compreender melhor os objetos de estudo em questão: a representatividade dos elementos de acesso às cidades - suas “portas”; a gestão e fiscalização tributária no Brasil e na cidade do Natal; e as relações entre cidade e memória. Além disso, a articulação entre a materialidade e a subjetividade que envolvem os postos fiscais auxilia na busca pelos objetivos traçados para o trabalho.

O ENTORNO DA CORRENTE

Vasconcellos observa que a cidade, em si, é “originalmente representada e reconhecida pelos seus limites, por uma separação de mundos diferenciados” (2000, p. 2). Historicamente, as cidades sempre foram reconhecidas por seus limites físicos, como muralhas e portas, que simbolizavam o controle territorial e a passagem entre mundos distintos.

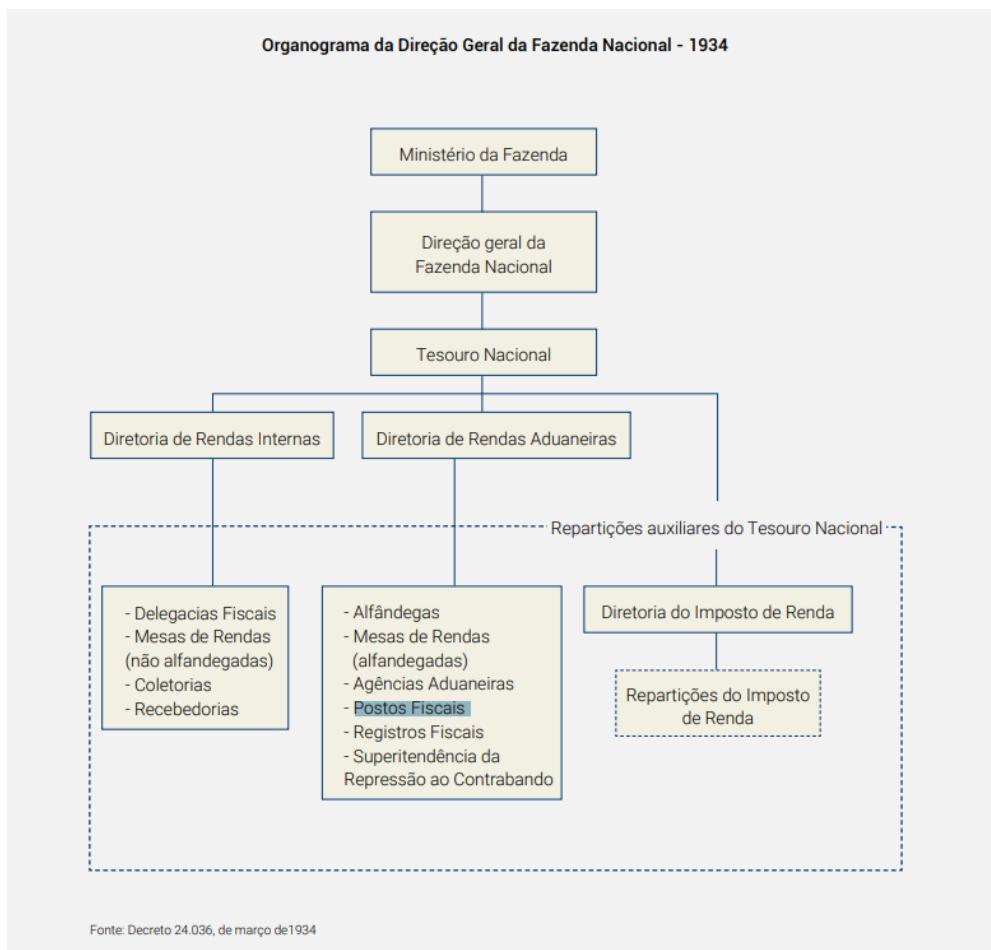
Em Natal, as correntes cumpriram a função de "portas" da cidade, dado que exerceram um papel de controle econômico e fiscal, de certa maneira similar ao que acontecia em cidades pré-modernas, onde os burgos e a área urbana eram demarcados por postos de comando. O desenvolvimento da cidade trazia consigo uma necessidade crescente de fiscalização, especialmente com o avanço do comércio, o que levou à criação de sistemas de controle mais eficientes, como a coleta de taxas e o estabelecimento de postos fiscais.

Para compreender essas "portas" da cidade, partimos também das metáforas e reflexões de Maria Stella Bresciani para problematizar a urbe, lendo-a intelectual e historiograficamente, a partir do que chama, em clássico artigo, de "As sete portas da cidade", em que a cidade poderia ser investigada e perscrutada por sete "entradas" intelectivas. A sétima porta trazida pela autora reflete sobre "a cidade dividida em áreas subordinadas a lógicas diversas" e nela "procuramos seguir os traços daquilo que se diz da vida da cidade, dos significados que se lhe atribui (...). Privilegiam-se as trocas simbólicas." (Bresciani, 1991, p. 13). Essa abordagem proporciona uma visão do território que transcende as interpretações racionais, e abre caminho para explorar a diversidade de intercâmbios simbólicos presentes na vida da cidade.

Para além dos símbolos, as cidades estabeleceram sistemas de controle e fiscalização nos seus acessos para garantir a arrecadação de impostos e proteger seu comércio e interesses econômicos. Na Era Vargas, associada a um crescimento acelerado da população urbana e mudanças no processo de industrialização, especialmente entre 1940 e 1950, a população urbana do país cresce 26% (Camargo, 1970, apud Feldman, 2012, p.83-101). Natal, em especial, cresceu muito mais, proporcionalmente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que nessa época houve um crescimento demográfico de 88% na cidade, passando de 53.836 em 1940 para 103.215 habitantes em 1950, que levou à necessidade de novos mecanismos de controle territorial e à criação de zonas de fiscalização urbana, uma vez que "o território urbano em sua totalidade começa a ser tematizado como espaço de atuação: o controle do crescimento urbano em suas duas dimensões - a vertical e a horizontal - e a relação entre crescimento e serviços públicos são colocados em primeiro plano" (Feldman, 2012, p. 36).

De acordo com registros da Receita Federal, os postos fiscais estariam subordinados à Direção Geral da Fazenda Nacional, que foi definida em 1934, na reforma estabelecida por Oswaldo Aranha (Ezequiel, 2018, p.85-86). Junto a esses elementos, estariam repartições diversas, como repartição auxiliar do Tesouro Nacional (Figura 01).

Figura 01: Organograma da Direção Geral da Fazenda Nacional (1934)



Fonte: Ezequiel (2018)

No contexto do Rio Grande do Norte, o sistema tributário passou por importantes transformações, especialmente no período entre 1950 e 1990. Inicialmente, a Secretaria de Finanças do estado foi responsável pela arrecadação de tributos e fiscalização dos postos fiscais. Com o passar dos anos, o sistema foi se centralizando, e nos anos 1990, durante o governo Garibaldi Alves Filho, foi implementado um programa de reforma do Estado que extinguiu mais de 100 postos fiscais, consolidando as funções fiscais na Secretaria de

Tributação (Lima, 2005). Essas mudanças contribuíram para a modernização da gestão fiscal no estado e o desenvolvimento de novos métodos de controle.

Diante dessas questões, é importante considerar a guarda da memória da cidade. Abreu afirma que, apesar de ser impossível recobrar a memória de um lugar em sua totalidade, é fundamental recuperar e registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas na cidade (2011, p. 28). Tal atividade é salutar, visto que, para Le Goff, “tal como o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (1990, p. 49).

No que diz respeito à história das correntes de Natal, considerando a fragmentação de informações, a memória a respeito desses elementos se torna um dos objetos mais relevantes para a sua elaboração histórica. A relevância se dá por serem as recordações uma maneira de prevenir que essa história sofra de um mal iminente: o esquecimento, tendo em vista o destacado por Ricoeur, que “muitos esquecimentos são frutos de um impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória (...)” (2007, p. 452-459).

Abreu relaciona a memória e a cidade ao tratar a memória como um elemento essencial da identidade de um lugar. Para ele, “a memória de um lugar, a memória de uma cidade, é, portanto, uma memória coletiva” (2011, p. 24) e define a memória coletiva como “um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um grupo que transcende o indivíduo” (Abreu, 2011, p. 26). É possível compreender que a memória coletiva está em constante transformação, uma vez que as pessoas que guardam as lembranças, com o tempo, desaparecem. Neste trabalho, o referido “grupo” é constituído por pessoas que viveram em Natal no período entre 1949 e 1970.

CORRENTES TANGÍVEIS

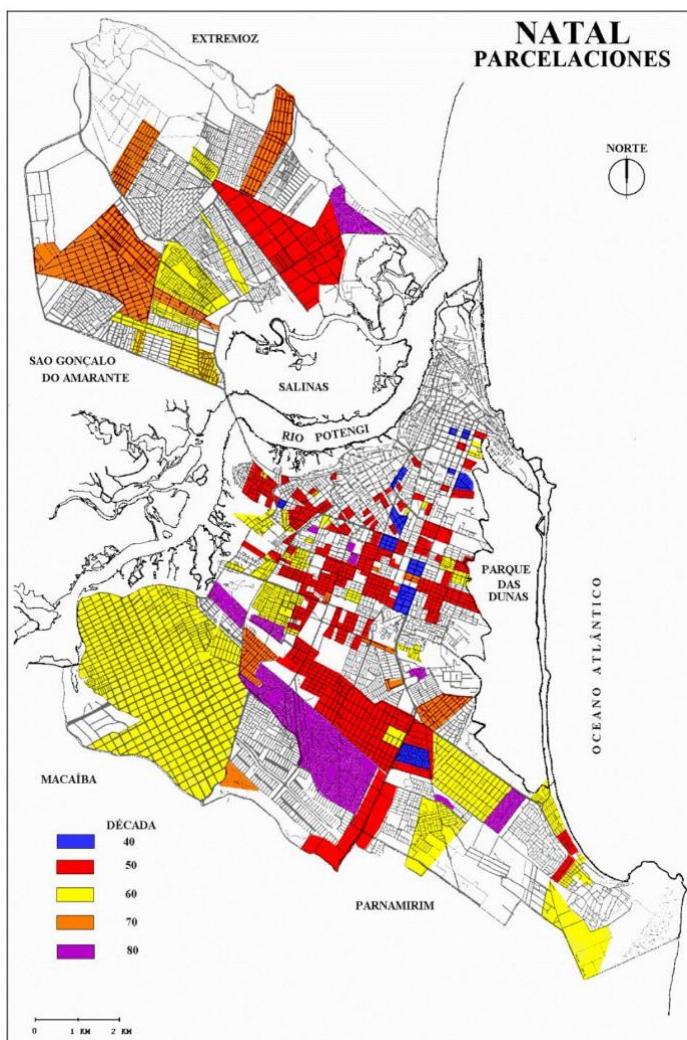
Benevolo destaca que “a oposição entre a cidade e o campo, isto é, a divisão do mundo em duas partes opostas, continua a prevalecer por muito tempo, quer *no cenário físico*, quer na *organização mental* e institucional” (1995, p. 20, grifo nosso). As correntes de Natal ajudaram a reforçar a *organização mental* entre o que era urbano e o que era rural, embora isso tenha

permanecido ainda durante um período em seu *cenário físico*, à medida em que a cidade se desenvolvia.

O mapa de parcelamento de Natal ao longo das décadas ajuda a entender melhor como se deu a evolução da cidade (Figura 02), e deixa claro que a maior parte dos loteamentos, inclusive dos maiores, é das décadas de 1950 e 1960. Embora não fique muito clara a definição de seu perímetro ao longo do tempo, é possível perceber a expansão urbana (Ferreira, 1996), a qual aconteceu de modo que hoje o município é constituído formalmente apenas de área urbana³.

³Muito embora várias pesquisas recentes, como a tese de Camila Medeiros, “Campo e cidade em três tempos: descontinuidades, permanências e possibilidades para a agricultura no entorno da avenida Moema Tinoco em Natal/RN” (2023), mostrem que permanecem várias áreas rurais em partes da cidade.

Figura 02: Parcelamento em Natal de acordo com o período de registro no Cartório de Imóveis (1946-1989).

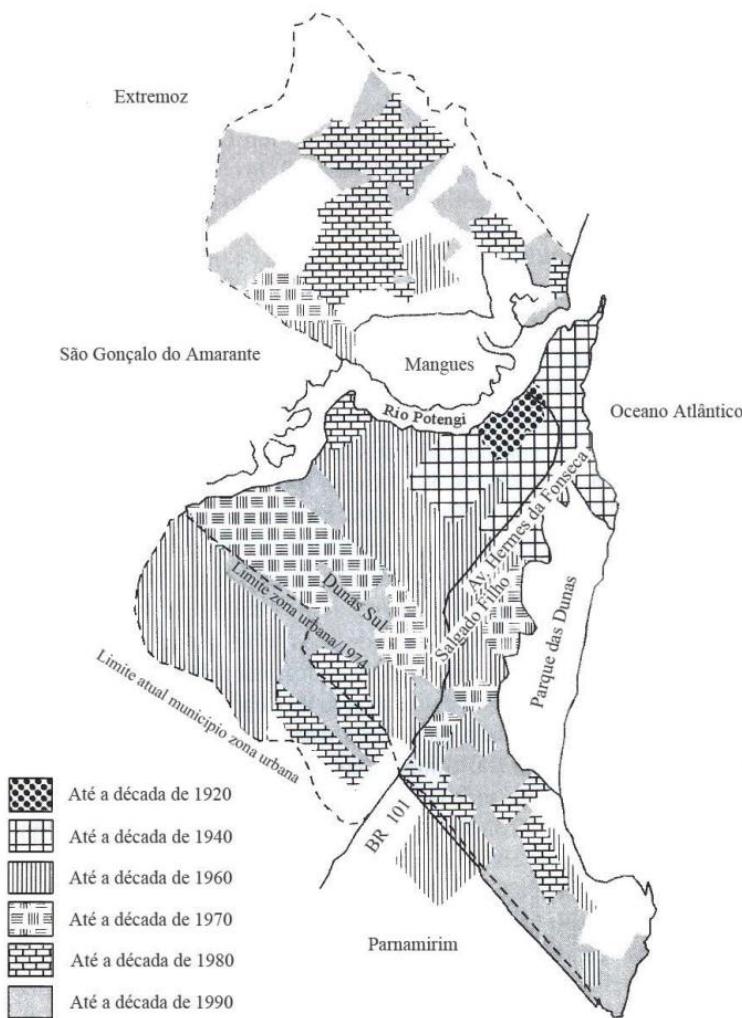


Fonte: Ferreira (1996, p. 174)

Nesse contexto, a inserção dos postos fiscais em Natal os caracteriza como elementos significativos na lógica de controle da urbe e de seus limites. Por isso, suas mudanças de localização ao longo do tempo fornecem pistas para a compreensão das mudanças na estrutura e no crescimento da cidade.

Os mapas esquemáticos apresentados em seguida têm o objetivo de auxiliar no entendimento das mudanças de local dos postos fiscais. Eles foram produzidos com base na progressão expressa no seguinte mapa (Figura 03), elaborado por Lima (2006), que mostra a evolução urbana de Natal dos anos 1920 a 1990:

Figura 03: Mapa da evolução urbana de Natal de 1920 a 1990

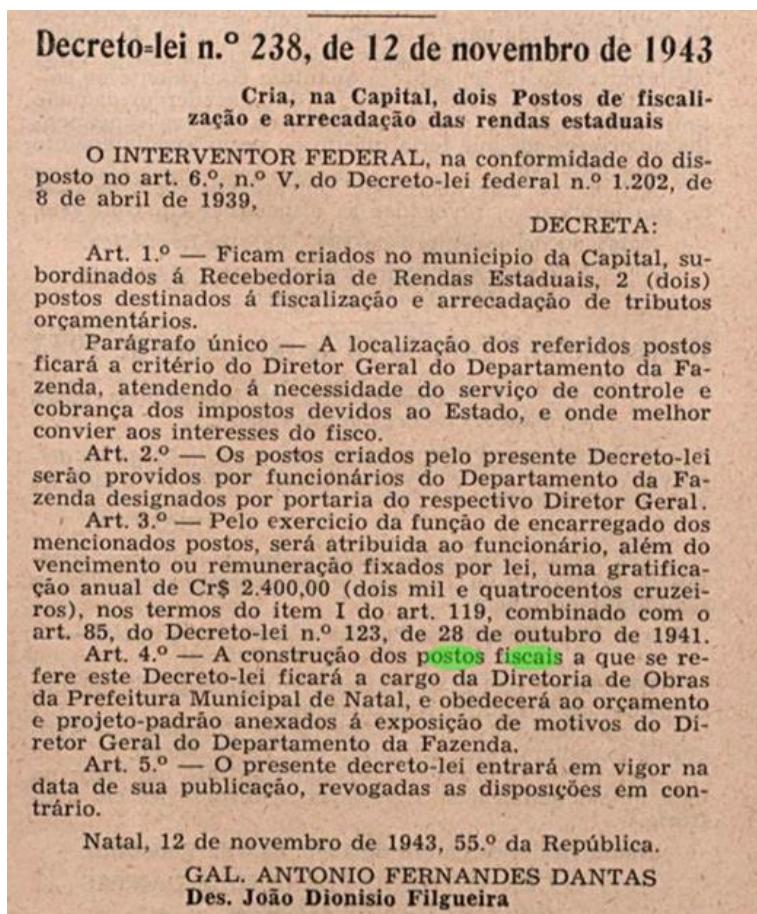


Fonte: Lima (2006).

A primeira evidência⁴ que pode ser encontrada a respeito dos postos fiscais de Natal está no Decreto-lei nº 238, de 12 de novembro de 1943 (Decreto-Lei, 1943, p.1), que determina a criação de dois deles (Figura 04).

⁴ Há uma referência anterior, em crônica de Aderbal de França, de 1938, que merece ser investigada e registra o seguinte: “Quando o bairro do Alecrim cresceu, tomado as proporções que hoje chegam a surpreender, a Guarita já passara de um simples posto fiscal para um centro movimentado, com uma população intensa, de gente trabalhadora e comércio animador” (França, 1938, p.12, grifos nossos). Possivelmente, se foi mesmo posto fiscal, era outra lógica institucional e administrativa, vinculada ao controle da Rede Ferroviária, pois se localizava onde as linhas de trem se bifurcavam ao sair de Natal, uma em direção ao sul (chegando a Recife) e outra a oeste, atravessando o rio Potengi em direção à cidade de Ceará-Mirim.

Figura 04: Decreto-lei de criação dos primeiros postos fiscais da capital



Fonte: Decretos do Governo do RN (1943, p.1)

O documento deixa claro que a função dos dois postos a serem criados seria a fiscalização e arrecadação de tributos orçamentários, e sua localização dependeria das necessidades do serviço de controle e cobrança dos impostos devidos ao Estado, e aos interesses do fisco.

O prédio da corrente

O elemento de maior representatividade para a materialidade dos postos fiscais são as próprias correntes que, como por um recurso de metonímia, quase substituíram por completo

a nomenclatura “postos fiscais”. Uma matéria do jornalista Octavio Tavares para o periódico A Ordem dá indícios de um dos limites de Natal ao mencionar a corrente do posto, provavelmente das Quintas, à altura da Avenida Capitão Mor Gouveia, como sendo próxima a uma “sequência de dunas [que] circunda a cidade, e apenas uma leve ‘cortina’ de vegetação (...) impede hoje o derrame das areias” (Tavares, 1948, p. 8). As memórias também recordam das correntes como elemento de grande representatividade dos postos fiscais: “Só me lembro vividamente da 'corrente' localizada na altura do cruzamento entre as avenidas Bernardo Vieira e Hermes da Fonseca/Salgado Filho, onde estão hoje o Midway Mall e o IFRN.” (Trigueiro, 2021, entrevista).

Em conjunto com as correntes, o posto fiscal era constituído por uma edificação com tipologia semelhante a de uma casa. Um dos registros que se têm a esse respeito diz que se tratava de “uma construção sólida bem arejada, [a qual] abrange duas divisões principais, uma dedicada ao fisco estadual, outra à Inspetoria de Trânsito” (Novos Postos, 1952, p. 4). Um dos entrevistados foi José Kelser Bezerra da Costa, conhecido como Kelser, auditor fiscal e diretor aposentado do SINDIFERN (Sindicato dos Auditores Fiscais do RN). Trabalhou como guarda fiscal em Natal e seu relato descreve e elucida aspectos da estrutura física encontrada nos postos fiscais:

A estrutura [dos postos] era uma casa. O posto fiscal do quilômetro 6 era uma casa, o posto fiscal das Quintas era outra casa, em Lagoa Nova era outra casa também. Na época, quando nós entramos no estado, o agente fiscal morava no posto. (...) [Primeiro] Tinha o posto, e quando você saia do posto vinha a sala, o quarto (...) (Costa, 2023, entrevista).

Em suma, a estrutura desses equipamentos era simplificada e, para a época, sua infraestrutura ainda não parecia corresponder ao que já existia na cidade. Embora não seja possível afirmar com certeza, é provável que essas condições mais precárias estivessem relacionadas à localização periférica dos postos, que, como mencionado anteriormente, demarcavam a fronteira entre a cidade e o que era considerado "suburbano" ou até mesmo rural.

Os lugares da corrente

A localização dos postos fiscais e suas mudanças ao longo do tempo são aspectos muito importantes, mas que ainda são difíceis de precisar. Os recortes encontrados nas fontes primárias dão pistas, e os relatos acabam se confundindo em alguns momentos. Apesar disso, com tais recursos algumas peças desse quebra-cabeça se unem e elucidam, aos poucos, os pontos de instalação das correntes.

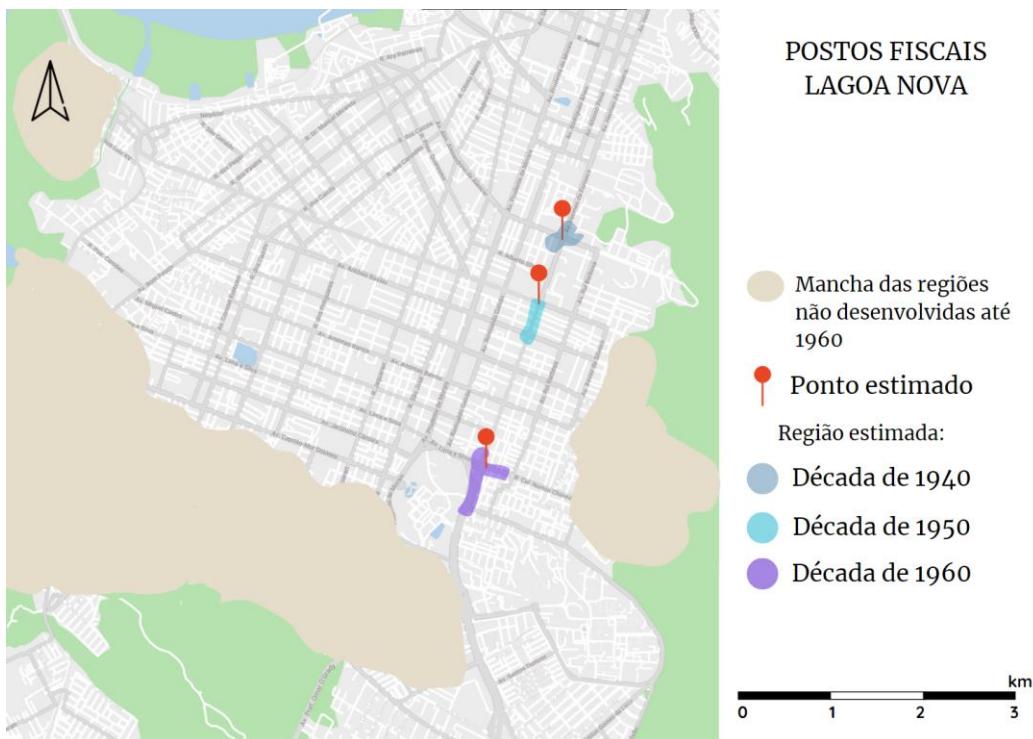
Lagoa Nova e Quintas foram os bairros que primeiro receberam os postos (Os Postos Fiscais, 1944, p. 1). O local do primeiro posto de Lagoa Nova é difícil de afirmar com precisão. Encontrou-se uma matéria do periódico *A Ordem* que pode dar uma noção geográfica. A matéria de 1948 fala de uma colisão com a corrente, por excesso de velocidade:

Às 15:50 horas de ontem, quando trafegava pela pista de Parnamirim, o auto (...) dirigido pelo sr. Frederick Burne que conduzia seu veículo em grande velocidade, foi este de encontro à **corrente do Posto de Fiscalização do Transporte de Lagoa Nova**, danificando o pilar da referida corrente e quebrando a forquilha que dá passagem à corrente. (Na polícia e nas ruas, 1948, p. 3, grifo nosso.)

Em resumo, o que se pode detectar a partir dos relatos e dos periódicos é que os possíveis locais dos postos fiscais de Lagoa Nova foram: cruzamento da Av. Hermes da Fonseca com a Av. Alexandrino de Alencar; cruzamento da Av. Hermes da Fonseca com a Av. Nevaldo Rocha; Região do Conjunto Potilândia, entre o atual estádio Arena das Dunas e o Batalhão de Engenharia; Região da entrada do atual Cidade Satélite.

Essa progressão faz sentido, e pode ser vista no mapa esquemático a seguir (Figura 05), tendo em vista a direção de crescimento da cidade ao longo dos anos. A elaboração do mapa tentou focar nas áreas da cidade até meados da década de 1960; por isso, a hachura bege estima com base no mapa de Lima (2006) as áreas em que tal crescimento ainda não tinha chegado nessa época.

Figura 05: mapa esquemático com localização estimada dos postos fiscais de Lagoa Nova



Fonte: Elaboração própria (2024) com base em Lima (2006).

Estima-se que o das Quintas ficasse na R. Mário Negócio, prolongamento da Amaro Barreto. No quadro “Queixas do Povo”, do jornal A Ordem, os moradores do Alecrim reclamaram da falta de iluminação do trecho da rua Amaro Barreto até o posto fiscal no ano de 1947 (Queixas do Povo, 1947, p. 3). Esse é o único registro de fontes primárias que nos dá informações sobre a localização do referido posto. Nos relatos, os entrevistados lembraram apenas de correntes posteriores a essa.

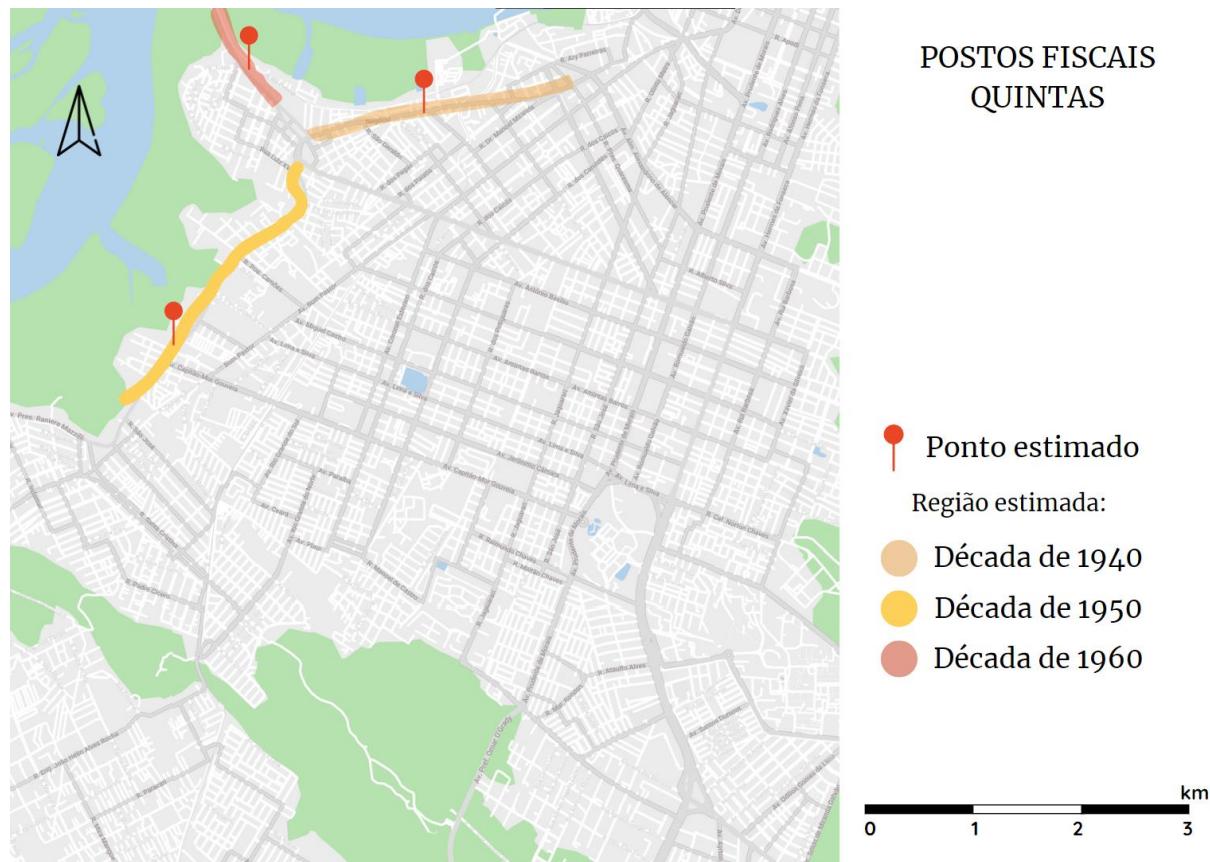
Em 1951, no entanto, o posto fiscal das Quintas já não atendia aos interesses do Fisco nos locais que se encontravam. A notícia que expõe esse fato inicia de maneira interessante:

O crescimento determinado pelo progresso de Natal, já vinha determinando a necessidade de uma alteração na localização do **principal posto fiscal** do Departamento da Fazenda na capital, cuja **localização na Rua Amaro Barreto, nas Quintas** já não atendia aos interesses do fisco, uma vez que diversas outras estradas permitiam o acesso à cidade sem nenhum controle fazendário. (Mudança na localização..., 1951, p. 4, grifos nossos)

Desse modo, os postos seriam construídos em novos locais: um no entroncamento da estrada de Ceará-Mirim com Macaíba, pouco depois do Matadouro; outro na estrada de Macaíba, no quilômetro 6.

Em resumo, o posto fiscal das Quintas, que inicialmente era apenas na R. Mário Negócio, se bifurcou para o Posto do Km 6 – na estrada para Macaíba – e para o Posto do Mosquito – na estrada para Ceará-Mirim, pela Ponte de Igapó. Essas mudanças podem ser vistas no mapa esquemático a seguir (Figura 06).

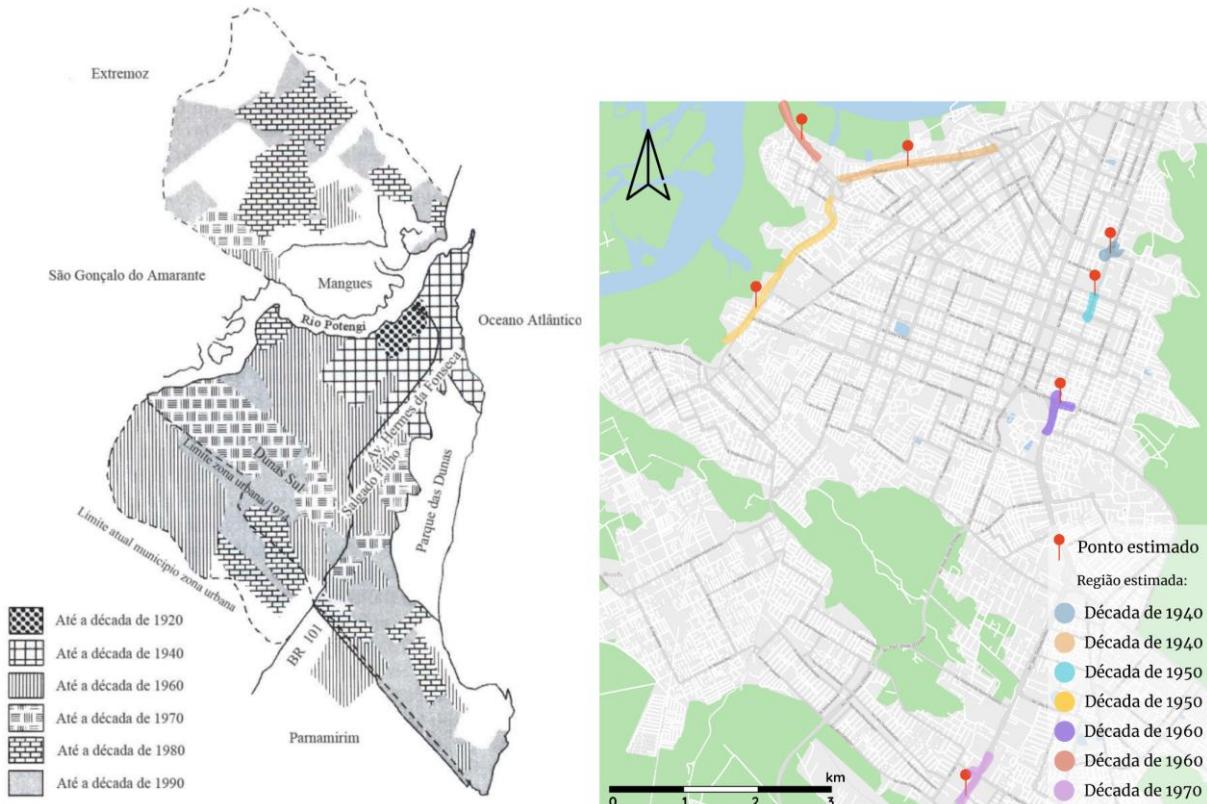
Figura 06: mapa esquemático com localização estimada dos postos fiscais das Quintas



Fonte: Elaboração da autora (2024).

Os mapas a seguir (Figura 07), colocados em paralelo, não permitem dissociar que as mudanças de localização das correntes eram em função da evolução de Natal. Ainda que ambas as representações não ambicionem expressar uma precisão meticulosa do território ou de seus limites, conseguem dar noções aproximadas dessa relação entre o crescimento da cidade e a atuação dos postos fiscais.

Figura 07: Mapa da evolução de Natal ao longo das décadas e mapa dos locais estimados dos postos fiscais ao longo das décadas.



Fonte: Lima (2006) e elaboração da autora (2024).

A partir da década de 1970, não se encontram mais ocorrências de alta relevância nos periódicos sobre os postos fiscais. Não há respostas categóricas para essa lacuna, mas algumas suposições podem ser feitas. No cenário da tributação, é possível que tenham ocorrido reformas ou reorganizações internas que modificaram as formas de trabalho e atuação dos postos fiscais. No cenário urbanístico, é importante lembrar que nos anos 1970 Natal se caracterizava como “uma cidade em transição, que era consequência direta da pressão de uma configuração socioeconômica trazida pela urbanização selvagem há pouco conhecida” (Moreira, Dantas, Silva, 2023). Essa transformação pode ter contribuído para a mudança na função e na visibilidade dos postos fiscais, tendo em vista a expansão da cidade com os grandes conjuntos habitacionais ao sul - como Potilândia, Candelária e Ponta Negra, e, posteriormente, Cidade Satélite -, fora os que foram se formando do outro lado do rio. Diante

disso, o desenvolvimento rápido da cidade provavelmente eclodiu em novas necessidades e pode ter exigido novas abordagens para sua gestão e fiscalização.

CORRENTES INTANGÍVEIS

Após explorar a materialidade dos postos fiscais através das pesquisas nas fontes primárias, analisar sua subjetividade a partir das entrevistas desdobra novas perspectivas e examinar outras facetas desse fenômeno. Fazendo uso dos termos de Bresciani (1991), o processo de escuta e análise dos relatos procura “esgarçar as representações racionais” e “levantar o véu racional”, a fim de entender o que as correntes carregaram consigo para além dos termos materiais.

Assim como Kublai Khan, na narrativa de Italo Calvino em as Cidades Invisíveis (1990), estava diante da impossibilidade de conhecer o império por ele mesmo e dependia do relato de Marco Polo, espera-se que os relatos permitam ao pensamento percorrer os cenários vividos por aqueles que se dispuseram a participar dessa pesquisa. Kublai se deixava envolver pelas lacunas e silêncios nas descrições de Polo, que preenchiam sua imaginação com visões detalhadas das cidades, e de forma semelhante as entrevistas formam um convite para imaginar, por meio das memórias e histórias compartilhadas, os lugares e experiências moldados pela cidade e suas correntes.

Cada um dos entrevistados pode trazer uma perspectiva diferente, a partir de suas vivências, e suas falas reforçarão o argumento de Abreu (2011) de que as lembranças das pessoas permitem atingir momentos e formas espaciais da cidade que já passaram. Edmundo Dantas Filho nasceu em Jaçanã e passava férias em Natal; Lúcio Dantas, natural de Acari, veio morar em Natal no início dos anos 1960; Edja Trigueiro viveu sua infância entre Natal e o interior; Kelser Bezerra trabalhou diretamente em postos fiscais de Natal como guarda fiscal; Marcos Câmara nasceu em Natal mas, com os pais de Ceará-Mirim, fazia sempre o trajeto para lá; José Alves nasceu e permaneceu em Natal de 1951 a 1971; Zami Nascimento nasceu em Nísia Floresta no final dos anos 1950 e passou a infância morando na Base Aérea de Parnamirim; Carlos Magno nasceu e passou toda sua infância em Natal; Woden Madruga nasceu e viveu

toda sua vida na capital potiguar, onde fez carreira como jornalista e cronista por décadas; Katiúscia Lima é filha e neta de pessoas que moraram ao lado de um posto fiscal.

As lembranças sobre a localização das correntes variam consideravelmente nos depoimentos, especialmente em relação aos pontos de referência. Edmundo Dantas Filho e Lúcio Dantas lembram que havia uma corrente na Alexandrino de Alencar, mas dizem que provavelmente ficou pouco tempo por lá, e foi deslocada posteriormente para o cruzamento da Hermes da Fonseca com a Bernardo Vieira, onde hoje é o Midway e o IFRN, pois a cidade terminava depois da fábrica da Guararapes (Dantas Filho, 2021, entrevista):

o da Alexandrino de Alencar com a Hermes da Fonseca foi antes de 1960, talvez. Depois jogaram lá para a Guararapes (...), depois puxaram para onde é a EIT. Depois da EIT⁵, veio para Potilândia. Essa corrente de Potilândia, que vinha de São José de Mipibu para cá, tinha a estrada carroçável para Natal, e o trânsito que vinha de João Pessoa, Recife, do sul, vinha por Macaíba (Dantas, 2021, entrevista).

Marcos Câmara também lembra da corrente das Quintas, antes da ponte de Igapó (no sentido Zona Sul-Zona Norte), a da estrada de Macaíba, além de ser o primeiro entrevistado a citar um posto na Antônio Basílio:

Eu nasci em Natal, mas minha mãe e meu pai eram de Ceará Mirim. A gente sempre passava naquela corrente de Igapó, daquela Ponte Velha. Naquela época, quando o carro ia pra lá, fechava o trânsito pra cá, só passava o carro. Não tinha ida e volta, era só ida. Ficava um guarda aqui e outro lá. O posto ficava do lado de cá (Zona Sul). E tinha a corrente mesmo. Inclusive na estrada de Parnamirim tinha também, ali na Antônio Basílio, e na estrada de Macaíba. (...) Eu lembro que ficava uma fila de carro [para ir para Ceará-Mirim]. Em 1960 não tinha mais, não. (Câmara, 2024, entrevista).

A tão mencionada corrente localizada no cruzamento da Avenida Salgado Filho/Hermes da Fonseca com a Avenida Nevaldo Rocha avançou, nos anos 1960, para a região do Conjunto Potilândia. É dessa época que Carlos Magno relembra:

Eu me lembro principalmente da corrente que era ali na Lagoa Nova, perto de onde hoje é o [estádio] Arena das Dunas. Era ali mais ou menos nas imediações onde teve por pouco tempo a Simas Industrial. Isso ali eu lembro bem, porque eu tinha um tio que foi morar no Conjunto Nova Dimensão, que

⁵ Tratava-se de uma construtora, que se tornou uma referência na Av. Salgado Filho, praticamente em frente à Igreja Universal do Reino de Deus.

era ali à esquerda. À esquerda de quem vai antes de chegar na BR. Então eu recordo bem da minha infância, isso se falava muito (Oliveira, 2024, entrevista).

As lembranças que Zami Nascimento tem, por sua vez, são mais recentes, de meados da década de 1970. O que se estima é que a corrente que avançou para o Conjunto Potilândia tenha avançado ainda mais pela “Estrada de Parnamirim”, chegando na atual entrada do bairro de Cidade Satélite, que ainda não existia, nos limites de Natal e Parnamirim.

Eu só lembro que existia ali mais ou menos onde era a Leroy [Merlin] hoje, tinha uma corrente, os carros que passavam ali tinham que parar para o carro de transporte comercial, né, caminhão especialmente, para carimbar a nota fiscal que eles traziam. (...) Sempre ao lado tinha um posto, além do posto fiscal, tinha um posto militar também, policial (Nascimento, 2023, entrevista).

Kelser Costa lembra que, antes disso, na região da corrente de Lagoa Nova não tinha nada, apenas terrenos vagos. Um dos lotes continha o terreno da Radional, e hoje é o conjunto de Potilândia. “Tinha a [antiga] Radional, o terreno da Radional, que hoje é Potilândia. Aí começou a desenvolver e começaram a construir o bairro, que vai até o batalhão de engenharia” (Costa, 2023, entrevista). Algum tempo depois, provavelmente também em meados dos anos 1970, a corrente de Lagoa Nova saiu dessa região e foi para a atual entrada do bairro de Cidade Satélite, onde hoje fica localizada a loja Leroy Merlin, na chamada estrada de Parnamirim.

Um aspecto que fica muito nítido nas falas desses cidadãos é a noção de limites, seja em termos espaciais/geográficos, seja em termos de experiência, que as correntes lhes passavam. Edja Trigueiro, por exemplo, manifesta sua visão da infância, que enxergava a corrente para além de uma transição de lugar, representava também um limiar que demarcava convivências em família:

Eu era criança em fins da década de 1950 (nasci em 1953, teria, então 5, 6, 7 anos – não sei até quando o posto ficou ali) e lembro da corrente, propriamente dita, e dos comentários relativos a ela. Tipo: ‘já estamos chegando; passamos da corrente’, ‘não vão conseguir passar na corrente com excesso de passageiros/carga’, ‘quando chegar na corrente, a gente compra’ (...). Na minha visão impressionista de criança que adorava viajar, adorava o Seridó, adorava os avós, e se encantava em conviver com meninos e velhos, nas ruas e sítios de lá... a ‘corrente’ era um marco, sinalizando o

começo da 'aventura' de ir nas férias para o Seridó, Caicó ou a fazenda de meus avós no município de Serra Negra. (...) Já a passagem de volta na 'corrente' era a tristeza de fim de férias (Trigueiro, 2021, entrevista).

Na lembrança de José Alves da Silva, as correntes também marcavam uma transição significativa entre o conhecido e o desconhecido, entre a segurança da cidade e a vastidão do mundo exterior:

Sou nascido em Natal, no ano de 1951, onde permaneci até 1971. Nessa época, Natal era uma cidade pequena, bem arborizada, com ficus, principalmente ali na Avenida Rio Branco, e praças bem cuidadas. (...) Não lembro de nenhuma estrutura física dos postos, quero dizer, com relação a prédios, que estivessem identificados para tal função, lembro sim das correntes suspensas nos pórticos e de dois homens que operacionavam um de um lado, outro do outro, para levantar e baixar a corrente, [que] representava o limite da cidade com o resto do mundo. A cidade expandiu, estas barreiras deixaram de existir (...) (Silva, 2024, entrevista).

Carlos Magno, por sua vez, também remonta que as correntes eram marcadores que definiram a percepção dos limites de Natal. Ele destaca que, apesar da falta de lembranças detalhadas sobre as estruturas dos postos fiscais, as correntes permanecem vívidas em sua mente como pontos de referência significativos para os habitantes da cidade.

[A estrutura dos] postos fiscais não lembro assim. Lembro que existiam, né? Que o fato de ter a corrente era um posto fiscal. Mas eu não lembro como era a estrutura física. Era um ponto de referência. Tanto é que todo mundo sabia da corrente. Tanto é que tinha essa expressão "da corrente pra lá, da corrente para cá".

Essa questão da corrente... Era o limite da cidade, né? Você vê que a cidade se encerrava. Por exemplo, quem passava da corrente pra lá, você já não considerava Natal. Que geograficamente não era, né? Ali já era a BR-101 mesmo no sul. Lá no Igapó também. (...) Da corrente para lá já era considerado interior, acho que eram granjas e sítios (Oliveira, 2024, entrevista).

Edmundo Filho e Lúcio Dantas também mencionam a corrente como o marco final da cidade. Enquanto Edmundo diz que não conheceu a corrente de Potilândia, mas reforça que "Natal terminava ali depois da Guararapes, e puxaram a corrente para fora da cidade. Porque o conjunto Potilândia foi construído em 1968" (Dantas Filho, 2021, entrevista), Flávio relata que quando noivou recebeu a oferta de uma casa no bairro Lagoa Nova I, mas sua esposa recusou por ser em um bairro muito distante. Já na memória de Marcos Câmara, a Natal terminava

“ali na Av. 16, na Antônio Basílio. Não tinha estrada, era leito carroçável. Para as ‘bandas’ de Ceará-Mirim só tinha até a Ponte de Igapó.” (Câmara, 2024, entrevista).

Kelser Costa, que trabalhou como guarda fiscal, também relembra desse aspecto cotidiano que percebia a corrente como a transição para entrada na cidade: “(...) qualquer coisa o cara perguntava logo: é depois da corrente? Natal era conhecida como antes e depois da corrente. Quando era depois da corrente, ali era só terreno, era tudo granja” (Costa, 2023, entrevista).

Um elemento que ainda está tão marcado e tem relacionado a ele expressões até hoje lembradas certamente teria causos curiosos relacionados a seu respeito. Carlos Magno de Oliveira, além de ter vivido sua infância em Natal e ter memórias sobre os limites associados aos postos fiscais, pesquisa sobre a história do futebol potiguar. Ele conta que havia um jargão com as correntes bastante conhecido no mundo do futebol em Natal:

Como eu era muito aficionado por futebol, com meu pai, meus tios (...), [sei que] quando as equipes de futebol daqui do Natal iam jogar fora e não conseguiam bons resultados, tinha até um jargão que dizia “não pode passar da corrente que perde”. Então isso foi bem marcante. Era uma gíria bem colocada. (Oliveira, 2024, entrevista).

Kelser Costa também reforça essa superstição que se formou: “o time de Natal que passar da corrente perde. ABC e América, era assim que a gente falava. ABC, América e Alecrim, se passou da corrente, já não ganha ninguém... perde” (2023, entrevista). Mais do que uma atração de azar e derrota para a cidade, essa crença pode ter a ver com o fato de que os times daqui eram considerados um tanto provincianos, que se apequenavam diante dos jogos fora de casa.

Outro “causo” muito interessante envolvendo as correntes foi contado por Katiúscia Lima. Ela é administradora da página do Facebook Natal Antiga e, ao ser perguntada sobre o que conhecia a respeito das correntes, prontamente aceitou falar da relação que sua família tinha com os postos.

Cresci no Km 6 e lá havia um posto fiscal, no início da Mor Gouveia, inclusive era ao lado da casa de minha avó. Hoje tem um posto de gasolina no local! E meus familiares ainda moram lá, os mais velhos se lembram muito bem. Não tenho lembranças alguma do posto fiscal, [porque] nasci em 1982, só o nome do bairro que era conhecido assim, até hoje chamamos o local de posto fiscal,

mas meus pais e amigos deles lembram muito bem. Se minha avó estivesse viva, íamos ter uma aula sobre tudo isso! Ela e meu avô eram donos das terras de lá, do início da Mor Gouveia até a rodoviária. Minha mãe disse que era uma casinha pequena que tinha alguns guardas dentro e era da Secretaria da Fazenda. Eles paravam os caminhões que estavam entrando na cidade para ver nota fiscal, o material que eles estavam carregando. Fazer a fiscalização do que entrava e do que saía da cidade; ela disse que era 24h esse serviço.

Falando com minha mãe sobre isso, ela disse que morava do lado. A casa do lado do posto fiscal era do meu avô. Ele morava lá com os filhos, e tinha uma venda ao lado do posto. E minha avó era cantadora, tocava viola no nordeste todinho, era muito conhecida, principalmente aqui em Natal. Ela tocava viola nos eventos que o pessoal do posto fiscal fazia. O pessoal do posto fiscal apresentou a minha avó ao meu avô e fizeram um “arrumadinho” para eles dois se casarem; e eles casaram no posto fiscal! (Lima, 2024, entrevista).

Uma análise que pode ser feita diante do que se ouviu é que as correntes, que originalmente regulavam a tributação e o fluxo de mercadorias, passaram a ser vistas pelos “populares”, isto é, aqueles que não estavam envolvidos com seu funcionamento propriamente dito, como um símbolo de transições diversas. Realmente como uma porta da cidade, um ponto de passagem e mudanças.

Ao investigar os limites do imaginário em torno das correntes de Natal, torna-se fundamental compreender a pluralidade de perspectivas e narrativas que compõem essa memória coletiva. Halbwachs, ao refletir que a história não é tudo o que sobra do passado, declara que há uma história viva ao lado de uma história escrita, “que se perpetua através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência” (2006, p. 67). Obviamente Halbwachs não se refere aos postos fiscais quando fala das “correntes antigas”, mas ainda assim caberia uma aplicação a elas, enquanto elementos que desapareceram somente na aparência, mas ainda sobrevivem através do tempo e das histórias vivas. Cada indivíduo carrega suas próprias vivências e interpretações, que, somadas, constroem uma memória multifacetada, com suas limitações intrínsecas. As lembranças são influenciadas por fatores emocionais, culturais e temporais, e podem ser distorcidas ou se esvaecer ao longo do tempo. Nisso estão os limites do imaginário: na percepção das limitações da memória, na dificuldade de capturar a complexidade e a totalidade das experiências vividas.

Assim, os limites do imaginário construídos em torno das correntes podem ser percebidos de duas maneiras. Primeiro nesse sentido já mencionado, das limitações e restrições das lembranças: as mudanças ao longo do tempo, os vieses pessoais de cada depoente, o esquecimento natural e a combinação de diversas experiências vividas contribuem para um quadro mesclado e às vezes distorcido. Segundo, no sentido de uma transição entre o imaginário, a memória e os fatos históricos: essas narrativas são moldadas tanto por elementos concretos quanto por percepções subjetivas, criando um espaço híbrido entre realidade e imaginação. Diferentemente da guarda de registros documentais pelas instituições, Natália Madruga (2023) ao discutir sobre o imaginário urbano na história cultural, lembra, com base em Halbwachs (1990), que o esquecimento dos acontecimentos pela memória coletiva não se dá por negligência, por indiferença ou antipatia, mas pelo simples fato de que os grupos que guardam essas lembranças desaparecem ao longo do tempo.

Montar as peças desse quebra-cabeça seria muito mais difícil se dependêssemos apenas dos relatos orais, assim como seria complexo compreender o todo apenas pelas leituras dos documentos escritos. É na combinação desses elementos que se aproxima de uma compreensão mais completa e rica do objeto de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, percebeu-se dois aspectos: de um lado, a influência que os postos fiscais exerceram na cidade ao longo dos anos, especialmente na limitação do território, impactou na elaboração de uma memória coletiva que evoca principalmente as correntes como ponto de referência na cidade. Do outro, essas memórias contribuíram significativamente para entender, ainda que parcialmente, das funções históricas, sociais e administrativas dos postos fiscais.

Apesar das lembranças que sobrevivem até hoje, muito do que se poderia saber sobre esses elementos urbanos estaria sob domínio do poder público. Infelizmente, a negligência com a guarda de registros institucionais é uma barreira para a busca historiográfica. As lacunas existem nesse meio e é importante trazer luz a esse “vazio não preenchido por palavras” (Calvino, 1990, p. 41).

Durante essa pesquisa, além das buscas digitais, houve diversas tentativas de busca em acervos físicos. Foi feita uma visita ao Arquivo Público Municipal, entretanto durante a visita não se encontraram ocorrências relacionadas às correntes. Procurou-se no DER/RN (Departamento de Estradas e Rodagens do RN), que por meio da Secretaria de Infraestrutura forneceu desenhos técnicos de alguns postos fiscais. Entretanto, o material disponibilizado era mais recente, fora do recorte temporal definido para o trabalho, e não foi possível encontrar outros mais antigos. Além disso, na Secretaria da Fazenda do RN também não se encontrou material, além do livro publicado pelo SINDIFERN (Sindicato dos Auditores Fiscais do RN), “De guarda a auditor fiscal” (Araújo Neto, 2011), que, na verdade, já se encontra disponível na internet.

Apesar das dificuldades, foi possível depreender que a memória coletiva e as lembranças individuais podem contribuir para uma compreensão mais ampla do significado e das transformações dos limites e domínios urbanos, e suscitar discussões sobre a relação entre história, subjetividade, memória e espaço urbano.

É verdade que ainda há matérias para ler, pessoas para entrevistar e dúvidas para sanar. Entretanto, no início desse estudo, sabia-se que o campo de informações disponíveis a respeito do tema ainda é fragmentado e escasso, mas foi interessante notar durante o processo como a aproximação entre a memória e a história pode ser enriquecedora e trazer tantos esclarecimentos e levantar reflexões, a ponto de permitir juntar mais peças ao quebra-cabeça que estava sendo montado, bem como captar nuances e perspectivas que não se encontram registradas em documentos oficiais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L. e SPOSITO, Maria E.. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 19-39.

ARAÚJO NETO, Pedro Lopes de. **De guarda a auditor fiscal: a evolução do fisco potiguar**. Natal, RN: KMP Gráfica e Editora. 2011. 160p.

BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade na História da Europa**. Editorial Presença, Lisboa. 1995.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates n. 34**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XI. 1991. p.10-18.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. 1^a Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA, Marcos da Costa. **Entrevista concedida a George Dantas e Natália Medeiros do Nascimento**, 12 mar. 2024.

COSTA, José Kelser Bezerra da. **Entrevista concedida a Natália Medeiros do Nascimento**, 14 jun. 2023.

DANTAS, Lúcio Flávio. **Entrevista concedida a George Dantas e Natália Medeiros do Nascimento**, 27 ago. 2021.

DANTAS FILHO, Edmundo Eugênio. **Entrevista concedida a George Dantas e Natália Medeiros do Nascimento**, 27 ago. 2021.

DECRETO-LEI nº 238 de 12 de novembro de 1943. **Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (RN)**. Natal, 12 de novembro de 1943, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/245330/3891>. Acesso em: 13 jul. de 2023.

EZEQUIEL, Márcio da Silva. **Receita Federal**: 50 anos 1968-2018. Brasília, DF: Secretaria da Receita Federal, 2018. 360p. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ebooks/memoria-receita-federal/livro-50-anos-receita-federal.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2024.

FELDMAN, Sarah. **As comissões de planos da cidade na Era Vargas**. In: REZENDE, Vera F. (org.). *Urbanismo na Era Vargas*. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012.

FERREIRA, Angela Lúcia. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad - un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia). Universitat de Barcelona, 1996.

FRANÇA, Aderbal de. [Danilo] Sociaes [A guarita]. **A República**, Natal, 05 nov. 1938, p.12

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Auricélia Antunes de. **O Papel do Fisco Potiguar na Construção do Estado.** 1^a Edição. Natal: SINDIFERN, 2005.

LIMA, Katiúscia de. **Entrevista concedida a Natália Medeiros do Nascimento**, 5 de Abr. 2024.

LIMA, Pedro de. **Luís da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal**. Natal: EDUFRN, 2006.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. 1^a Ed. São Paulo: Edições 70, 1960.

MADRUGA, Natália Melchuna. **NATAL EM PROSA**: representações da sociedade e da cidade nas crônicas de Augusto Severo Neto e Newton Navarro. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
Disponível em:
https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/52018/1/Natalprosarepresentacoes_Madruga_2023.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

MEIHY, José Carlos S. B.; MEIHY, Fabíola H. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, Stephanie M. C.; DANTAS, George A. F. ; SILVA, Alexsandro F. C. Uma cidade em transição: a construção dos problemas urbanos de Natal à luz dos estudos Serete (anos 1960 e 1970). **ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL**, v. 36, pp. 1-30, 2023.

MUDANÇA NA LOCALIZAÇÃO dos postos fiscais desta capital. **Diário de Natal**. Natal, 29 de setembro de 1951. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028711_01/35614. Acesso em 26 de junho de 2024.

NA POLÍCIA e nas ruas. **A Ordem**. Natal, 21 de dezembro de 1948. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/764051/18177>. Acesso em 25 de junho de 2024.

NASCIMENTO, Zami Aguiar do. **Entrevista concedida a Natália Nascimento**. 16 jun. 2023.

NOVOS POSTOS FISCAIS do Estado. **A Ordem**. Natal, 3 de maio de 1952. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/764051/22333>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 7-28. 1993.

OLIVEIRA, Carlos Magno de. **Entrevista concedida a Natália Medeiros do Nascimento**, 18 abr. 2024.

OS POSTOS FISCAIS de Quintas e Lagôa Nova e o Posto Policial de Lagôa Nova. **A Ordem**. Natal, 15 de janeiro de 1944, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764051&Pesq=%22postosfiscais%22&pagfis=10105>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

PINHEIRO, Carlos Sizenando Rossiter; PINHEIRO, Fred Sizenando Rossiter. **Dos bondes ao Hippie Drive-in: fragmentos do cotidiano da cidade do Natal**. Natal: EDUFRN, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

QUEIXAS DO POVO. **A Ordem.** Natal, 09 de outubro de 1947, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/764051/15813>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, José Alves da. **Entrevista concedida a Natália Medeiros do Nascimento**, 13 mar. 2024.

TAVARES, Octavio. Natal desaparecerá soterrada pelas dunas. **A Ordem.** Natal, 28 de outubro de 1948, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/764051/17797>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra F. **Entrevista concedida a Natália Medeiros do Nascimento**, 08 set. 2021.

VASCONCELLOS, Lelia. Dos portões aos “portais”: o que mudou?. In: VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - SHCU, 6, 2000, Natal: **Anais SHCU**. Disponível em: <http://xvishcu.arq.ufba.br/anais-vi-shcu/>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

VASCONCELLOS, Lelia et. al. As transformações espaciais geradas pelos acessos à cidade. In: VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - SHCU, 7, 2002, Salvador: **Anais SHCU**. Disponível em: <http://xvishcu.arq.ufba.br/anais-vii-shcu/>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

18⁺SHCU

SEMINÁRIO DE
HISTÓRIA DA CIDADE
E DO URBANISMO

HORIZONTES (IM)POSSÍVEIS

NATAL / RN
10-14 NOV. 2024